

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diario da Serra (Gn Gde) Data: 08.05.91

Pg.:

Polícia espera precatória para a exumação de Marçal

A carta precatória que pode a exumação dos restos mortais de Marçat de Souza não havia chegado ao Fórum de Dourados até, às 18160 de ontem. O desaté, às 18100 de ontem. O des-pacho foi feito na manhã de se-gunda-feira pelo Juiz Luiz Carlos Saldanha Rodrigues, de Ponta Porã. Pouco mais de 120 quilo-metros separam as duas cidades. A atitude do juiz já provoca rea-cões da comunidade.

O cadáver do líder indíge-na Marçal de Souza, morto a tiros ha quase sete anos e meio, está enterrado no Cemitério San-to Antônio de Pádua, em Dourados. Saldanha Rodrigues quer a exumação para esclarecer dú-vidas. Ele tomou esta decisão exutamente no fim do prazo estabelecido para pronunciar se os principais acusados do crime vão a julgamento.

Segundo o inquérito da Polí-cia Federal sobre o caso, a trama da morte de Marçal de Souza teria como mentores o fazendeiro Libero Monteiro de Lima e o capataz dele. Rômulo Gamara, que está foragido. O assassinato teria ocorrido pela resistência de Morçal em evitar que os in-

Vida marcada pelas lutas

O líder indígena Marçal de Souza se tornou conhecido por defender com intransigência o povo dele. Ele não queria que os índios etizassem as aldeias e fossem ao encontro da miséria das cidades. O medo de Tupã-Y quanto à pobreza hranca era vero si irmãos de todas as nações (Guarani, Guató, Ofayé-Xavante, Terena, Kadiwéu) se transformando em trabalhadores bóias-frias e empregadas domésticas.

Chamado de Deus Pequeno pelos guarani, Marçal de Souza mostrou a grandiosidade dele em peto menos duas censiões: Em 79, quando discursou na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova torque, nos Estados Unidos, defendendo a cultura e a vida indígena na América Latina. Já no mês de julho do ano seguinte, o papa João Paulo II visitava o Brasil e foi saudado por Marçal na Capital do Amazonas, Manaus. Alí, denunciou ao Papa a espoliação do povo indígena pelos brancos, que tomam as terras e não dão condições de sobrevivência ao Indio.

Nesta vida de lutas, Tupã-Y Icz muitos inimigos, mas também inúmeros amigos. Um deles foi o antropólogo e atual senador pelo PDT fluminense, Darcy Ribeiro. Na missa de sétimo dia da morte do líder indígena, o então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro anunciou: "Enquanto os assassinos de Marçal de Souza não forem identificados e punidos, Mato Grosso do Sul terá sua história manchada de sangue".

dios da Aldeia Pirakuá, em Bela Vista, abandonassem o local dan-do sinal verde ao fazendeiro para explorar as terras.

MOROSIDADE

O crime aconteceu a 25 de novembro de 1983, quando Mar-çal de Souza dormia ao lado da mulher dele, na Aldeia Campestre, em Antônio João. Desde então, o processo vem se arras-

tando sem que os matadores do líder indígena sejam punidos. A morosidade judicial já virou sinônimo de impunidade institucio-

«Lamentável e frustrante». Foram as definições encontra-das pelo presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos «Marçal de Souza», o advogado Ben Hur Ferreira, quanto à decisão do Juiz Saldanha Rodrigues. De acordo com Ben Hur, « Ele (o juiz) tinha que anunciar se os apontados no inquéri-to da Polícia Federal como responsáveis pela morte de Marçal iriam sentar no banco dos réus e não enviar carta precatória para Dourados pedindo exumação do cadáver».

O advogado adianta que o CDDH vai mobilizar a opinião pública para que este seja o último ato moroso da Justiça com relação ao caso. Ben Hur promete lutar com a intenção de attrablem entidada intenção de attrablem entidada intenção de envolver entidades como c Conselho Indigenista Missioná rio (Cimi) e a Associação Kagua-teca. «Vão ser mais trinta dias de angústia até o resultado da necrópsia. Espero que depois disso haja avanços», afirma.

O juiz Luiz Carlos Saldanha O juiz Luiz Carlos Saldanha Rodrigues. também presidente do Tribunal do Júri de Ponta Porā, não vê nada de anormal na atitude dele. «Há dúvidas no inquérito sobre o laudo médico e o exame de balística. A Justiça precisa eliminá-las antes de anunciar o julgamento des acusadas. Oualquer juiz na dos acusados. Qualquer juiz na minha situação faria o mesmo», observa ele.